

**uff** UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**PROAC** PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO**

**CURSO: GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –  
CAMPOS (LICENCIATURA)**

TITULAÇÃO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

FORMULÁRIO Nº 01 - *CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES / JUSTIFICATIVA*

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFF-Campos de Goytacazes) pretende sistematizar e apresentar as bases e fundamentos do Curso, particularmente a partir da Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. É resultado de estudos, reflexões e amplas conversas, realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pela Coordenação de Licenciatura e pelo Colegiado do Departamento de Geografia, buscando uma reformulação do currículo vigente e do funcionamento do curso.

Tem como base legal a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art. 205; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), Art. 3º, inciso VII, 9º, 13, 43, 61, 62, 64, 65 e 67; Parecer CNE/CP nº 9/2001, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; - Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea “c”, - Parecer CNE/CP nº 28/2001 que modifica o Parecer CNE/CP nº 21/2001, estabelecendo a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; - Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; - Resolução CNE/CP nº 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica; -

Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, em nível superior e demais documentos normatizadores emitidos pela Universidade Federal Fluminense.

Neste projeto, apresenta-se um ajuste na matriz curricular, resultante de avaliação processual de dificuldades detectadas ao longo do desenvolvimento do curso, buscando torná-la mais adequada às demandas acadêmicas e educacionais atuais.

Entende-se o Projeto Pedagógico do Curso como resultante de um processo de reflexão e discussão dos mecanismos de ensino, com estabelecimento de metas e com sistematização de procedimentos para concretização de um currículo significativo à formação de pessoas. Assim sendo, trata-se de documento dinâmico que deve ser constantemente aperfeiçoado através de modificações e adaptações que se fizerem necessárias durante e após a sua implementação.

### **1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL:**

As Universidades Públicas constituem-se nas principais instituições de que dispõe a sociedade brasileira para a produção do conhecimento científico, do saber crítico, da cultura escrita e sistematizada, além de diversas manifestações culturais, a despeito de múltiplas e intensas dificuldades que vivenciam. É neste quadro de enfrentamento de problemas e de importância das Universidades Públicas para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e humanístico, imprescindível à consolidação do Brasil como nação soberana e desenvolvida, que se insere a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nascida em 1960, da aglutinação de várias escolas de ensino superior, a maioria localizada em Niterói (antiga capital fluminense), com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 3.848 de 18/12/1960), modificado para Universidade Federal Fluminense (Lei nº 4.851 de 05/11/1965), tem a UFF, desde os seus primórdios, um compromisso político e acadêmico fundamental: ser uma Universidade Fluminense, comprometida com o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Esta especificidade da UFF, em ser fluminense e compromissada com a interiorização, justificou a sua expansão com pólos no Sul do Estado (Volta Redonda) e no Norte do Estado (Campos dos Goytacazes), além de implantação de sua presença em outras localidades.

A UFF encontra-se presente na Região Norte e Noroeste Fluminense desde 1962, através do curso de Serviço Social. O referido campus nasceu como Unidade; no contexto da

Reforma Universitária (1966/68), a Escola de Serviço Social de Campos perdeu o seu status original sendo transformada no Departamento de Serviço Social de Campos (SSC), vinculado à Escola de Serviço Social de Niterói. Em 1995, envidaram-se esforços para transformar o polo da UFF em Campos dos Goytacazes em um Instituto, processo concluído em 1997. Tornando-se Instituto, como uma unidade, implantou outros cursos de graduação na UFF em Campos, consolidando definitivamente a sua projeção regional como universidade pública, gratuita e de qualidade. Em 2007, o projeto de implantação e consolidação do Polo Universitário para Campos, em consonância com a política do MEC para expansão universitária, com abertura de novas graduações, para fortalecimento das regiões que careciam dessa possibilidade, foi incorporado ao REUNI - Programa Nacional de Expansão e Reestruturação do MEC.

Em relação à área física disponível inicial (6.800 m<sup>2</sup>), após a avaliação do MEC acerca da disponibilidade de espaço para a expansão em condições sustentáveis, considerou-se insuficiente e inadequada para a vida acadêmica universitária. Sendo assim, o MEC, através da direção da Secretaria de Desenvolvimento do Sistema de Rede de Ensino Superior (SESU), articulou junto ao Patrimônio da União, no Estado do RJ, estudos de área para cessão à Universidade Federal Fluminense, disponibilizando-se uma área de 25.000 m<sup>2</sup>, propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, na qual se constrói a nova estrutura física do instituto.

Em relação aos cursos, foram incluídos os seguintes cursos no instituto: Geografia (licenciatura e bacharelado), Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado), História (licenciatura e bacharelado), Psicologia (licenciatura e bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado).

## **2 - O CURSO DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO REGIONAL**

A região Norte Fluminense, onde está localizado o município de Campos dos Goytacazes – sede do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, compreendia, até a segunda metade da década de 1980, os municípios cuja economia centrava-se na produção da cana, do açúcar e do álcool.

As mudanças técnicas e tecnológicas no complexo agroindustrial do açúcar, ocorridas a partir da década de 1940, aceleradas e aprofundadas em meados dos anos 1970 pelo Proalcool, provocaram profundas alterações sócio-econômicas na região, acarretando inúmeros problemas sociais, anunciando a urgência e a emergência de inserção de profissionais, no mercado de mão de obra, para o cuidado com a educação, com o

planejamento espacial, com a análise ambiental e outras atividades relacionadas a várias ciências, entre elas a Geografia.

Contudo, essas mudanças, num primeiro momento, causaram a dispensa de mão-de-obra em virtude da mecanização da lavoura e provocaram um forte movimento migratório para as cidades, engrossado pelas mudanças nas relações de trabalho, pela diminuição das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e gradativo predomínio das relações assalariadas puras, culminando, num segundo momento, com o assalariamento massivo, temporário, clandestino, combinado com a forma itinerante de trabalho do bóia-fria. Essa liberação da mão-de-obra agravou o caráter sazonal do mercado de trabalhadores braçais, uma vez que a economia regional sempre foi monocultora. Atualmente, com a redução do período da colheita, ocasião de maior demanda de força de trabalho, essa característica tornou-se ainda mais dramática.

A generalização da relação assalariada temporária do bóia-fria, residente na cidade e trabalhador da lavoura, sem carteira assinada, para além da migração campo-cidade, fez com que se agravasse a migração da Região Norte para a Região dos Lagos, no período de entressafra, pela falta de oportunidade que a natureza monocultora do mercado de trabalho impunha. A condução da reestruturação produtiva dos anos 1970, na região, fez com que o Norte Fluminense (NF) perdesse projeção no *ranking* nacional. A produção de açúcar permanecendo estagnada levou à quase extinção os ramos metal-mecânico e metalúrgico, vinculados ao complexo sucroalcooleiro. Hoje o NF está fora do circuito mais dinâmico das atividades do setor, no Brasil.

O processo de modernização, entendido como tendo uma base urbano-industrial não se deu dessa forma na região e a efetiva industrialização da região não ocorreu. No NF a velha oligarquia agrária, dominante no setor agropecuário e agroindustrial, conduziu um processo de urbanização e de “modernização” tradicional visível no modelo social, na cultura, na ideologia e na política, caracterizado por um profundo autoritarismo e arbítrio, estabelecendo relações pessoais de servidão, de clientelismo coronelista, de patrimonialismo e de privatização da coisa pública. A urbanização aconteceu muito mais em função dos integrantes das camadas médias e superiores do segmento agropecuário e agroindustrial, dos técnicos, industriais, de comerciantes e de prestadores de serviços dependentes do complexo produtivo monopolizador do trabalho e da riqueza. As hordas de trabalhadores rurais criaram na periferia urbana, favelas e loteamentos clandestinos onde se instalaram miseráveis, marginalizados e apartados social, econômica, cultural e politicamente.

Apesar de alguns surtos de industrialização, entre as décadas de 1960 e 1990, no campo do vestuário, da produção de aguardente de cana e de doces, o mercado de trabalho permaneceu polarizado, positiva e negativamente, pelo complexo sucroalcooleiro, até o final da década de 1980. Sua estagnação e decadência, no entanto, na referida década, provocou a perda de cerca de milhares de postos de trabalho no campo e nas usinas de açúcar. O mais grave, no entanto, foi a permanência do caráter precário, elitista e excludente do mercado de trabalho, com predominância de baixos salários, com alta taxa de excedente permanente de mão-de-obra, de desqualificação profissional e de subemprego.

Na década de 1990, a consolidação da exploração do petróleo provocou o crescimento dos negócios e a valorização de áreas a ele associadas na região. O surgimento de uma indústria de cerâmica vermelha, nas áreas de antiga produção de cana, ocupou parte da mão-de-obra liberada pela agroindústria tradicional. O emprego público na região se consolidou como um setor de serviços significativo, particularmente nas áreas de saúde, educação, transporte e comunicação, além do comércio já tradicional.

Apesar dessas mudanças terem representado fontes adicionais de recursos - oriundos, centralmente, do pagamento de *royalties* pela Petrobras às administrações municipais - e de postos de trabalho para a região, não conseguiram produzir impactos positivos sobre os principais aspectos da questão social, nas suas especificidades regionais.

Permaneceu a tradição elitista do mercado de trabalho, uma vez que, com exceção das cerâmicas, os demais postos de trabalho gerados exigiam, em geral, qualificação profissional. Além disso, a quantidade de vagas surgidas não atendia ao excedente de mão-de-obra regional, evidenciando que a região NF não superou a dependência das atividades da agroindústria tradicional. Esse quadro foi agravado pela diminuição no ritmo das migrações para as metrópoles e capitais, em decorrência das crises, no trabalho e no emprego, dos anos 1980 e 1990.

Por tudo isso, o mercado de trabalho restrito, pouco dinâmico, elitista e excludente, se manteve como o principal determinante da questão social regional, caracterizando-se pela exclusão social, econômica, cultural e política de porções significativas da população. Isto se refletiu e mantém os reflexos em problemas de urbanização e qualidade de vida.

Nesse contexto, o enfrentamento das questões sociais na região, tal como se manifestam, tem uma forte tradição assistencialista e filantrópica, tanto por parte do poder público municipal, quanto por parte da sociedade. No caso das administrações municipais, o seu peso aumentou bastante com a descentralização da gestão das políticas sociais implementadas pela Constituição Federal de 1988 e com os recursos advindos do petróleo.

Não por acaso, é no setor público, sobretudo na administração municipal que grande parte dos egressos formados na UFF encontra mercado de trabalho, ainda que sob influência dos valores e práticas da mentalidade oligárquica e elitista. Há deficiência de políticas públicas cidadãs, no âmbito de assistência social, habitação, saneamento, meio ambiente, educação, urbanização, cultura, esportes, qualificação e geração de trabalho e renda.

Campos tornou-se um polo do ensino universitário, predominantemente de caráter privado, comportando cerca de 28.000 alunos, parte significativa dos quais – cerca de 9.000 – oriundos dos demais municípios do Norte e Noroeste Fluminense; do Sul do Espírito Santo e de Minas Gerais.

A questão regional permanece desafiadora, nos seus aspectos centrais relacionados à natureza e à dinâmica do desenvolvimento, do mercado de trabalho e da cultura sociopolítica do norte fluminense, favorecendo a inclusão de um curso de graduação em geografia, capaz de ocupar o vazio de profissionais nesta área.

A realização do vestibular da primeira turma, para o 2º semestre de 2009, aconteceu em regime de edital extraordinário. Na fase de implantação, a infraestrutura acadêmico-administrativa foi oferecida nas instalações do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional de Campos, em caráter de adequação, provisória, com a graduação em Serviço Social.

O curso ofereceu 50 vagas por semestre, integralmente no turno noturno, com períodos de oferta de disciplinas da prática profissional em outros turnos. Inicialmente, eram oferecidas, ao mesmo tempo, as modalidades Bacharelado e Licenciatura, ocorrendo a escolha de uma ou outra opção no 3º período do curso. O aluno poderia cursar a outra modalidade do curso (licenciatura ou bacharelado), solicitando a continuidade de estudos e cursando as disciplinas exigidas. A duração média da complementação acontecia em um ano e meio.

Do período de implantação até à integralização (quando formada a 1ª turma), as modalidades bacharelado e licenciatura ocorreram simultaneamente, em relação ao turno e a oferta de disciplinas. Em 2013, os cursos de licenciatura e de bacharelado foram separados, passando a funcionar em turnos diferentes (licenciatura no noturno e bacharelado no vespertino), com matrizes curriculares diferenciados. A partir de então, tornou-se necessário dinamizar a elaboração de um ajuste curricular, apresentado em documento anterior. Agora, em função da Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, é necessário um novo ajuste, sistematizado neste documento.

A licenciatura teve como orientação, para sua organização, os preceitos da Resolução CNE/CP nº1 de 1º de fevereiro de 2002, que institui regras e diretrizes curriculares nacionais

para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Obedeceu, também, à Resolução nº 50/2004-UFF, que estabelece diretrizes para as Licenciaturas.

Visando promover simultaneamente, a qualidade de ensino na licenciatura e na escola, além de favorecer a condição de estudo para os licenciandos, efetivou-se a inclusão do curso no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Os objetivos do PIBID são: Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores através do curso de licenciatura de Geografia, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como colaboradores na formação dos futuros docentes e tornando-se protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; contribuir para a articulação entre teoria e prática, necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. Os alunos de licenciatura, participantes do PIBID recebem bolsas pelo órgão de fomento Capes.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Geografia é uma ciência que busca conhecer, explicar e aprofundar as variadas dimensões na relação entre a sociedade e a natureza, o que pressupõe, pela amplitude de seu campo de ação, múltiplas interfaces com outras áreas de conhecimento científico. Insere-se no domínio das geociências, também chamadas ciências da terra. Deve levar o aluno à compreensão da origem e da dinâmica dos processos e fenômenos responsáveis pela produção e organização do espaço, focalizando a distribuição, a organização, a dinâmica e a interação de elementos naturais e humanos em termos espaciais e temporais. De modo geral, são elementos que abrangem as populações, sociedades e culturas, assim como fenômenos, processos e sistemas naturais, cuja forma de organização no espaço resulta na diversidade de paisagens e ambientes.

A compreensão acerca da espacialidade e sua natureza político-ocupacional de diferentes tipos e dimensão deve permitir ao estudante e ao futuro profissional professor de Geografia uma interação diferenciada com outras ciências ambientais e sociais, já que é

levado a percorrer diferentes campos científicos, tanto do campo acadêmico, a saber, no ensino, na pesquisa e na extensão, como no exercício da vida profissional.

Dentre seus objetivos, destaca-se a compreensão das multifacetadas expressões da realidade espacial, como uma totalidade dinâmica. A validação da importância da ciência geográfica para as sociedades implica em leituras políticas, as quais justificam de diversas maneiras sua inclusão no currículo da educação básica, em seus diferentes segmentos e modalidades. A Geografia tem responsabilidade social em provocar leituras de mundo nos sujeitos escolares em formação, assim como estimular ações e atitudes baseadas em saberes derivados de seu corpo teórico e metodológico para criação e desenvolvimento de ações sustentáveis para o planeta.

O curso de Licenciatura em Geografia tem como fim preparar o professor para atuar na educação básica, em diferentes modalidades e segmentos. Para isso, é necessário ao profissional do magistério o domínio técnico-pedagógico da teoria e da prática dos elementos físicos e humanos dos variados espaços terrestres, como também compreender as relações escolares do ensino e da aprendizagem.

A Licenciatura em Geografia na UFF-ESR- Campos se faz, sobretudo pela identificação de demandas reprimidas na oferta de docentes com formação superior em Geografia, no âmbito da rede de ensino público e particular da região.

Considerando que parte significativa das escolas de ensino fundamental e médio funciona no turno diurno, não apenas se justifica a necessidade de ampliação da oferta de cursos de graduação públicos gratuitos de qualidade, especialmente em horário noturno, como também em universidade pública e gratuita, com oferta de qualidade e compromisso na formação docente. Assim sendo, o curso é oferecido no turno noturno, oferecendo disciplinas ligadas à escola em turno diurno, visando propiciar aos licenciandos condições mais adequadas de desenvolvimento de sua formação.

A crescente expansão desse campo de estudos e pesquisas, nas últimas décadas, afirma-se como fruto das mudanças por que tem passado a sociedade e a natureza, o que historicamente tem requerido a introdução e aprofundamento de novas metodologias e tecnologias de representação do espaço, por intermédio do geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto, dentre outros; expansão do acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica tais como os campos temáticos em geo-ecologia, geomorfologia, redes geográficas, geografia urbana e rural, geografia cultural, econômica, geografia política e recursos naturais e da pesquisa aplicada por intermédio do planejamento e gestão ambiental, urbana e rural.



A proposta de inclusão da formação na licenciatura em Geografia, na UFF, no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional é justificável, ainda, considerando-se o aumento significativo da população jovem e a baixa oferta de cursos superiores públicos nas regiões norte e noroeste fluminense, bem como em regiões fronteiriças de estados vizinhos, tais como os de Minas Gerais e Espírito Santo.

Entende-se que a universidade, desta forma, responde à sociedade com seu papel de produção e difusão de conhecimento, cuidando da formação profissional, cumprindo sua responsabilidade na inclusão social de profissionais ainda não contemplados com a graduação, como oportuniza, à população, escolas com quadros docentes com formação acadêmica superior.

Além disto, a formação de professores de Geografia justifica-se por esta ciência tratar de uma área de conhecimento com variadas potencialidades que poderão contribuir para o desenvolvimento social e econômico, especialmente para o campo regional.